



CONCURSO PÚBLICO

PRIMEIRA FASE

001. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE PROMOTORIA II (AGENTE DE PROMOTORIA)

(OPÇÕES: 001 A 005)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **10**:

O ECA digital é um bom avanço

O Congresso aprovou o Projeto de Lei nº 2.628/2022, batizado de “Estatuto da Criança e do Adolescente Digital”, que aguarda a sanção do Executivo. Entre a versão que foi ao plenário da Câmara e a que saiu para a aprovação do Senado, o texto passou por transformações que merecem ser reconhecidas: afastaram-se riscos claros e imediatos à liberdade de expressão e foram refinadas medidas de proteção mais consistentes para crianças e adolescentes. No balanço geral, o resultado é positivo, mas poderia ter sido melhor, e, pelos riscos incorridos numa tramitação desnecessariamente atabalhoada, resta uma sensação de alívio por ter-se evitado um desastre.

A Câmara quase entregou um arcabouço que permitiria remoções indiscriminadas de conteúdo, sem ordem judicial, a partir de denúncias genéricas. Quase concedeu ao Executivo poderes para suspender redes inteiras por ato administrativo. Quase institucionalizou uma guerra de denúncias, abrindo a porta à censura privada. Esses desastres foram revertidos, felizmente, por pressão da oposição: a legitimidade de denúncia foi limitada a vítimas, responsáveis e órgãos competentes, e a interrupção de plataformas ficou restrita ao Judiciário.

Mas a tramitação açodada deixou lacunas e ambiguidades. Persistem conceitos vagos, como a exigência de evitar o “uso compulsivo”, que pode ser interpretado de múltiplas maneiras. Permanecem dúvidas sobre a futura “autoridade nacional” responsável por regulamentar e fiscalizar a lei: terá autonomia real, ou será capturada pelo governo de turno? Como se sabe, o diabo mora nos detalhes – mas também, às vezes, na falta deles. Um marco regulatório só se sustenta se for tecnicamente sólido e institucionalmente blindado contra arbitrariedades.

Além disso, é preciso reconhecer que leis, sozinhas, não resolverão o problema. A exploração infantil nas redes é real e abjeta, mas não será contida apenas por notificações de conteúdo. O avanço regulatório sobre as plataformas não pode servir de pretexto para aliviar responsabilidades dos agentes públicos, transferir culpas e alimentar a ilusão de que a vigilância digital substitui a investigação criminal. Proteger os menores exige corresponsabilidade: família, escola, instituições públicas e empresas precisam agir em conjunto, cada qual no âmbito de sua função.

O Brasil tem a chance de implementar uma regulação que concilie a proteção integral da infância com o respeito às liberdades. Para tanto, precisará resistir às tentações do sentimentalismo e do voluntarismo, e assumir que nenhum texto legal substituirá a “aldeia inteira” necessária para educar e proteger crianças. Uma lei robusta é um começo. Mas sua aplicação exigirá vigilância, prudência e a coragem de corrigir rumos quando for preciso.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 29.08.2025. Adaptado)

01. Ao analisar a aprovação do Projeto de Lei nº 2.628/2022, o editorial deixa claro que ele

- (A) é um marco expressivo para a proteção da infância, ainda que originalmente contivesse falhas, corrigidas, e, na versão final, tenha deixado lacunas e ambiguidades.
- (B) tem a chance de resolver satisfatoriamente a questão do uso das redes digitais, porque se trata de um documento amplamente discutido e analisado com cuidado.
- (C) será de fácil implementação, porque sua votação rápida permitiu que falhas, lacunas e ambiguidades fossem devidamente analisadas e retiradas do texto final.
- (D) impõe aos agentes públicos a responsabilidade com a proteção integral da infância, considerando que a família, na maioria das vezes, não sabe como fazê-lo.
- (E) está eivado de problemas, uma vez que pode ser um marco regulatório ao qual falta suporte técnico e, além do mais, não conta com apoio da maioria da população.

02. Comparando-se as informações “... numa tramitação desnecessariamente atabalhoada...” (1º parágrafo) e “Mas a tramitação açodada...” (3º parágrafo), conclui-se corretamente que a tramitação do Projeto de Lei nº 2.628/2022 foi

- (A) precipitada e entusiasmada.
- (B) metódica e desestimulante.
- (C) desordenada e acelerada.
- (D) confusa e manipulada.
- (E) rigorosa e conturbada.

03. Na passagem do último parágrafo do texto “... nenhum texto legal substituirá a ‘aldeia inteira’ necessária para educar e proteger crianças.”, a expressão destacada corresponde a uma

- (A) sinédoque, reportando à ideia de que cabe ao ECA a proteção e a educação das crianças.
- (B) metáfora, reportando a todos os responsáveis pela educação e proteção das crianças.
- (C) sinestesia, reportando diferentes nuances como a sociedade educa e protege suas crianças.
- (D) comparação, reportando aos grupos que privilegiam a educação e proteção das crianças.
- (E) metonímia, reportando ao papel fundamental da família para educar e proteger as crianças.

04. Considere as seguintes passagens do texto:

- “Esses desastres foram revertidos, felizmente, por pressão da oposição...” (2º parágrafo)
- “Persistem conceitos vagos, como a exigência de evitar o ‘uso compulsivo’...” (3º parágrafo)
- “... que concilie a proteção integral da infância com o respeito às liberdades.” (5º parágrafo)

Em conformidade com a norma-padrão de concordância, as passagens transcritas admitem, respectivamente, as seguintes reescritas:

- (A) Reverteu-se esses desastres, felizmente, com pressão da oposição... / Trata-se de conceitos vagos, como a exigência de evitar o “uso compulsivo”... /... em que estejam conciliadas a proteção integral da infância e o respeito às liberdades.
- (B) Reverteram-se esses desastres, felizmente, com pressão da oposição... / Há conceitos vagos, como a exigência de evitar o “uso compulsivo”... /... em que esteja conciliado a proteção integral da infância e o respeito às liberdades.
- (C) Reverteu-se esses desastres, felizmente, com pressão da oposição... / Tratam-se de conceitos vagos, como a exigência de evitar o “uso compulsivo”... /... em que estejam conciliado a proteção integral da infância e o respeito às liberdades.
- (D) Reverteram-se esses desastres, felizmente, com pressão da oposição... / Tratam-se de conceitos vagos, como a exigência de evitar o “uso compulsivo”... /... em que esteja conciliada a proteção integral da infância e o respeito às liberdades.
- (E) Reverteram-se esses desastres, felizmente, com pressão da oposição... / Trata-se de conceitos vagos, como a exigência de evitar o “uso compulsivo”... / ... em que estejam conciliados a proteção integral da infância e o respeito às liberdades.

05. O termo destacado está empregado em sentido próprio em:

- (A) “Como se sabe, o **diabo** mora nos detalhes – mas também, às vezes, na falta deles.” (3º parágrafo)
- (B) “Quase institucionalizou uma **guerra** de denúncias, abrindo a porta à censura privada.” (2º parágrafo)
- (C) “... resta uma sensação de alívio por ter-se evitado um **desastre**.” (1º parágrafo)
- (D) “O avanço **regulatório** sobre as plataformas não pode servir de pretexto...” (4º parágrafo)
- (E) “... terá autonomia real, ou será **capturada** pelo governo de turno?” (3º parágrafo)

06. Considere as passagens:

- “... resta uma sensação de alívio **por** ter-se evitado um desastre.” (1º parágrafo)
- “A Câmara quase entregou um arcabouço que **permitiria** remoções indiscriminadas de conteúdo, sem ordem judicial...” (2º parágrafo)
- “Persistem conceitos vagos, **como** a exigência de evitar o ‘uso compulsivo’...” (3º parágrafo)
- “**Como** se sabe, o diabo mora nos detalhes – **mas também**, às vezes, na falta deles.” (3º parágrafo)

No contexto em que estão empregadas, as expressões destacadas exprimem, correta e respectivamente, sentidos de:

- (A) causa; dúvida; conformidade; conformidade; adição.
- (B) causa; possibilidade; exemplificação; conformidade; adição.
- (C) modo; certeza; comparação; comparação; adversidade.
- (D) modo; possibilidade; comparação; consequência; restrição.
- (E) meio; dúvida; exemplificação; causa; consequência.

07. O Congresso aprovou o Projeto de Lei nº 2.628/2022, e _____ de “Estatuto da Criança e do Adolescente Digital”. A sociedade está ansiosa _____ sanção do Executivo. Espera-se que cada qual, no âmbito de sua função, zele _____ infância com responsabilidade.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) batizaram ele ... da ... com a
- (B) batizaram-lhe ... com a ... pela
- (C) batizaram-lhe ... na ... com a
- (D) batizaram-no ... pela ... pela
- (E) batizaram-no ... sob a ... da

08. Considere as passagens:

- “... e a **interrupção** de plataformas ficou restrita ao Judiciário.” (2º parágrafo)
- “A exploração infantil nas redes é real e **abjeta**...” (4º parágrafo)
- “Uma lei **robusta** é um começo.” (5º parágrafo)

Em conformidade com a norma-padrão de ortografia e acentuação, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) suspensão; desprezível; com robustez.
- (B) suspensão; desprezível; com robustêz.
- (C) suspenção; desprezível; com robustes.
- (D) suspenção; desprezível; com robustez.
- (E) suspensão; desprezível; com robustês.

09. O uso do acento indicativo da crase está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Cabe à todas as pessoas a responsabilidade com a proteção dos menores: família, escola, instituições públicas e empresas.
- (B) A aplicação de uma lei robusta exigirá que haja coragem para se proceder à uma correção de rumos, quando preciso.
- (C) É preciso que as pessoas reconheçam que, em relação à solução de um problema, as leis, sozinhas, não vão resolvê-lo.
- (D) O Congresso aprovou o Projeto de Lei nº 2.628/2022, mas os deputados poderiam, de fato, ter chegado à um resultado melhor.
- (E) O avanço regulatório sobre as plataformas não pode transferir culpas à quem não tem nem vai substituir a investigação criminal.

10. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) A tramitação açodada do Projeto de Lei nº 2.628/2022 deixou lacunas e ambiguidades, pois facilmente identificam-se conceitos vagos nele.
- (B) Se restringirá ao Judiciário a interrupção de plataformas, conforme modificações realizadas no texto original do Projeto de Lei nº 2.628/2022.
- (C) Exigirão-se vigilância, prudência e a coragem de corrigir rumos quando for preciso na aplicação de uma lei robusta de proteção aos menores.
- (D) Tendo evitado-se um desastre pelos riscos incorridos numa tramitação desnecessariamente atabalhoada, resta agora uma sensação de alívio.
- (E) O Brasil não deverá curvar-se às tentações do sentimentalismo e do voluntarismo, mas assumir que nenhum texto legal substituirá a "aldeia inteira".

11. Tem-se 384 m de fio na cor azul, 552 m de fio na cor verde e 624 m de fio na cor vermelha. Esses fios deverão ser cortados em pedaços, todos de mesmo comprimento, o maior possível, sem sobras, para a execução de um determinado projeto. Após cortados, a soma da quantidade de pedaços de fios na cor vermelha com a quantidade de pedaços de fios na cor verde excederá a quantidade de pedaços na cor azul em

- (A) 30.
- (B) 33.
- (C) 36.
- (D) 39.
- (E) 27.

12. Três pessoas compraram os produtos A, B e C em uma loja de departamentos, pagando x reais no preço unitário de A, y reais no preço unitário de B, e z reais no preço unitário de C. Uma delas comprou 5 unidades de A, 7 unidades de B e 9 unidades de C, pagando o total de R\$ 1.540,00; a outra, comprou 7 unidades, 10 unidades e 13 unidades, respectivamente, dos produtos A, B e C, pagando o total de R\$ 2.190,00. Se a terceira pessoa comprou uma unidade de cada um dos três produtos, então seu gasto total foi de

- (A) R\$ 230,00.
- (B) R\$ 250,00.
- (C) R\$ 210,00.
- (D) R\$ 220,00.
- (E) R\$ 240,00.

R A S C U N H O

13. Uma equipe de corrida de revezamento, composta por n atletas ($n > 1$), percorreu uma distância total d , em quilômetros, da seguinte maneira:

- o primeiro corredor percorreu um quilômetro, depois percorreu mais um sexto da distância que ainda restava e parou;
- o segundo corredor partiu da posição em que o primeiro corredor parou, percorreu dois quilômetros, depois percorreu mais um sexto da distância que ainda restava e parou;
- o terceiro corredor partiu da posição em que o segundo corredor parou, percorreu três quilômetros, depois percorreu mais um sexto da distância que ainda restava e parou;
- e assim, sucessivamente, cada corredor da equipe se revezou até percorrerem a distância total d .

Sabendo que cada corredor dessa equipe percorreu o mesmo número de quilômetros, então, pode-se afirmar que

- (A) n é um múltiplo de 3 e d é um número ímpar.
- (B) n é um quadrado perfeito e d é um número múltiplo de 6.
- (C) n é um múltiplo de 4 e d é um quadrado perfeito.
- (D) n é um número primo e d é um quadrado perfeito.
- (E) n é um número primo e d é um número par.

14. Em um escritório com certo número de funcionários, a média dos salários, em setembro, era R\$ 3.600,00. Em outubro, dois novos funcionários foram contratados em semanas diferentes. Na primeira semana de outubro, o primeiro funcionário foi contratado, de maneira que a média dos salários dos funcionários do escritório passou a ser R\$ 3.500,00, e na terceira semana de outubro, o segundo funcionário foi contratado, fazendo com que a média dos salários mudasse para R\$ 3.550,00. Sabendo que o salário do segundo funcionário contratado na terceira semana de outubro é R\$ 1.150,00 a mais do que o salário do primeiro funcionário contratado na primeira semana de outubro, o número de funcionários do escritório após essas duas contratações passou a ser

- (A) 13.
- (B) 11.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 15.

RACIOCÍNIO LÓGICO

15. Uma negação lógica da afirmação: “Se todo acusado se diz inocente, então o culpado é mudo ou é mentiroso”, é
- (A) Todo acusado se diz inocente e o culpado não é mudo e não é mentiroso.
 - (B) Algum acusado se diz inocente ou o culpado não é mudo nem mentiroso.
 - (C) Algum acusado não se diz inocente e o culpado não é mudo nem mentiroso.
 - (D) Se o culpado não é mudo ou não é mentiroso, então algum acusado não se diz inocente.
 - (E) Todo acusado não se diz inocente e o culpado é mudo e é mentiroso.
16. Considere verdadeiras as afirmações:
- I. Qualquer um que pratica esporte não é sedentário.
 - II. Homens não sabem cozinhar.
 - III. Aqueles que não sabem cozinhar são sedentários.
- A alternativa que pode ser conclusão das afirmações anteriores é
- (A) Qualquer um que não pratica esporte é sedentário.
 - (B) Homens não praticam esporte.
 - (C) Aqueles que não sabem cozinhar são homens.
 - (D) Quem sabe cozinhar não é sedentário.
 - (E) Os sedentários não sabem cozinhar.
17. A senha de acesso a um computador é composta de quatro caracteres distintos. O primeiro é uma dessas três letras: F, G ou H. O segundo e terceiro caracteres podem ser, em qualquer ordem, dois dentre os números: 5, 6, 7, 8 ou 9. O quarto caractere é um dos quatro símbolos: *, \$, % ou #.
- A probabilidade de uma dessas senhas: G68\$ ou H57# ser a correta é um valor entre
- (A) 1% e 1,5%
 - (B) 2% e 2,5%
 - (C) 1,5% e 2%
 - (D) 2,5% e 3%
 - (E) 0,5% e 1%

18. A sequência de números a seguir foi criada com um padrão lógico:

1,2,4,7,2,4,7,11,3,6,10,15,4,8,13,19,5,...

Seja F o elemento da 53ª posição, G o elemento da 71ª posição e H o elemento da 82ª posição, o valor que se obtém calculando: $F + H - G$ é igual a

- (A) 1.
- (B) 14.
- (C) 8.
- (D) 26.
- (E) 0.

R A S C U N H O

ATUALIDADES

19. No Brasil, depois do fechamento do mercado financeiro, o Comitê de Política Monetária do Banco Central informou que elevou a taxa básica de juros pela sétima vez seguida. Dessa vez, o aumento foi menor, de 0,25 ponto percentual. Com isso, a Selic passou para 15% ao ano. A decisão foi unânime.

(Jornal Nacional, "Banco Central eleva a taxa de juros para 15%", 18.06.2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/06/18/banco-central-eleva-a-taxa-de-juros-para-15percent-e-a-taxa-mais-alta-dos-ultimos-19-anos.ghtml>. Adaptado)

O Banco Central justificou o aumento da taxa de juros em função

- (A) da valorização do real frente ao dólar, o que levou à deflação.
- (B) das expectativas inflacionárias, que continuavam acima da meta.
- (C) da situação de pleno emprego, que diminuiu muito a demanda.
- (D) da subida repentina do dólar, que provocou instabilidade.
- (E) da explosão da dívida pública, que ultrapassou o valor de 100% do PIB.

20. O primeiro-ministro anunciou na terça-feira (6 de maio) que o país vai interromper o fluxo de água dos rios que nascem no seu território e seguem para o país vizinho. A decisão vem após a suspensão, há cerca de duas semanas, do Tratado das Águas, assinado em 1960, que regulava o compartilhamento de seis rios da bacia hidrográfica entre os dois países. O tratado, que sobreviveu a duas guerras, era considerado um exemplo de gestão transfronteiriça de águas. A suspensão ocorre após o ataque militante que matou 26 pessoas. Um país acusa o outro de apoiar o ataque, o pior contra civis na região em duas décadas.

(R7, "O que é a 'guerra da água' declarada", 07.05.2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4uORS>. Adaptado)

O conflito citado no texto ocorreu entre

- (A) Rússia e Ucrânia.
- (B) Coreia do Sul e Coreia do Norte.
- (C) China e Tibet.
- (D) Israel e Líbano.
- (E) Índia e Paquistão.

21. Desde que voltou ao poder em janeiro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem insistido num projeto absurdo de tornar a Groenlândia, um território autogovernado da Dinamarca, parte de seu país, recusando-se a descartar o uso da força para tornar seu desejo realidade. Na quarta-feira 26 de março, ele intensificou a retórica pouco antes de seu vice-presidente, J.D. Vance, embarcar rumo à ilha no Ártico para uma visita que o governo local chamou de "agressiva". "Precisamos da Groenlândia. Precisamos dela. Temos que tê-la", disse Trump em entrevista.

(Revista Veja, "Qual a origem da obsessão de Trump com a Groenlândia?", 27.03.2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/qual-a-origem-da-obsessao-de-trump-com-a-groenlandia/>. Adaptado).

A razão alegada publicamente por Trump para justificar o interesse dos EUA na Groenlândia é

- (A) a geração de energia eólica.
- (B) a criação de uma base espacial.
- (C) a instalação de usinas nucleares.
- (D) a segurança internacional.
- (E) o acesso à reserva de água doce.

22. Ana Maria Gonçalves foi eleita na tarde desta quinta-feira (10 de julho) para a cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras (ABL), vaga aberta com a morte de Evanildo Bechara. Ana Maria obteve 30 votos. Mineira de Ibiá, Ana Maria Gonçalves tem 55 anos.

(G1, "Ana Maria Gonçalves é eleita para a Academia Brasileira de Letras", 10.07.2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/07/10/ana-maria-goncalves-e-eleita-para-a-academia-brasileira-de-letas.ghtml>. Adaptado)

A autora Ana Maria Gonçalves

- (A) tornou-se a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira da ABL.
- (B) escreveu um longo romance sobre o período da ditadura.
- (C) ingressou na ABL por suas músicas e letras de canção.
- (D) ficou famosa por ter escrito um livro sobre a Guerra do Paraguai.
- (E) foi reconhecida por sua obra ligada à poesia e às poéticas do cotidiano.

23. Ao criar um link de compartilhamento da Área de Trabalho de um computador conectado ao Microsoft OneDrive 365, a opção que preserva as configurações de edição ou visualização, não permitindo alterá-las, é:

- (A) pessoas que você escolhe.
- (B) qualquer grupo com o link (público).
- (C) pessoas com acesso existente.
- (D) qualquer pessoa com o link (público).
- (E) pessoas da sua organização.

24. Ao editar uma mensagem recém-enviada no Microsoft Teams, qual opção o usuário deve utilizar para anexar uma apresentação do PowerPoint à mensagem?

- (A) Mostrar opções de formatação.
- (B) Ações e aplicativos.
- (C) Emojis, GIFs e Adesivos.
- (D) Anexar mensagem.
- (E) Upload da nuvem.

25. A chamada “Lei Carolina Dieckmann”, sancionada em 2012, surgiu após um caso de grande repercussão envolvendo a atriz que teve fotos pessoais vazadas na internet.

Qual conduta passou a ser considerada crime com a entrada em vigor da Lei nº 12.737/2012?

- (A) Criar perfis falsos em redes sociais com nomes de celebridades.
- (B) Utilizar redes Wi-Fi públicas sem pagar pelo serviço com ou sem senha de acesso.
- (C) Fazer críticas ofensivas a figuras públicas em fóruns online.
- (D) Compartilhar memes nas redes sociais sem autorização do autor.
- (E) Invadir dispositivos eletrônicos alheios, com o objetivo de obter, adulterar ou destruir dados.

26. A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

Com base na LGPD, assinale a alternativa que apresenta uma situação em que o tratamento de dados pessoais pode ocorrer independentemente do consentimento do titular.

- (A) Quando os dados, anonimizados, forem tratados exclusivamente para a realização de estudos por órgão de pesquisa.
- (B) Quando o titular for menor de idade e os dados forem coletados diretamente de redes sociais públicas.
- (C) Quando o tratamento envolver dados sensíveis para envio de conteúdo promocional.
- (D) Quando os dados forem armazenados em banco de dados estrangeiro, fora da jurisdição brasileira.
- (E) Quando o controlador deseja utilizar os dados pessoais para campanhas publicitárias de produtos de terceiros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

27. A respeito das concepções sociológica, jurídica e normativa da constituição, é correto afirmar:

- (A) a concepção nominativa da constituição, assim como a concepção jurídica, parte do pressuposto de que as regras constitucionais não são condicionadas historicamente, estando a sua aplicação justificada por integrar, formalmente, o ponto mais elevado da ordem jurídica.
- (B) a concepção jurídica, na obra de Hans Kelsen, está relacionada à ideia de que a constituição possui uma estrutura formal, caracterizada por prescrever normas dotadas de um *dever-ser*, independentemente da justiça ou legitimidade do conteúdo.
- (C) para a concepção sociológica de constituição, presente na obra de Ferdinand Lassale, a constituição de um país é formada a partir da soma dos fatores reais de poder, responsáveis pela estruturação do poder político do Estado, com uma preponderância do aspecto jurídico-formal da constituição.
- (D) a concepção jurídica de constituição está diretamente ligada à ideia de que as constituições devem ser escritas, sintéticas e rígidas, pois a sua estrutura legal deve ser concisa, prevista em um documento escrito e dotada de superioridade hierárquica em relação às demais normas integrantes do sistema.
- (E) a concepção sociológica reconhece que a constituição, apesar de condicionada historicamente, tem a capacidade de modificar a realidade por meio da eficácia jurídica das normas constitucionais.

28. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A prática do racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão e detenção, nos termos da lei.
- (B) A lei regulará a individualização da pena e adotará, dentre outras, as penas de privação de liberdade, banimento, multa e prestação social alternativa.
- (C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo vedado estender a sucessores a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens.
- (D) Aos autores, pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- (E) Não é admitido o uso de provas ilícitas, em processos penais, salvo em caso de prática de crime hediondo.

29. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do estado X, em parceria com a Polícia Federal e as Policiais Cíveis de cinco estados da federação, está planejando uma operação conjunta que terá como foco realizar prisões e buscas e apreensões de acusados de práticas de crimes contra crianças e adolescentes, em ambiente virtual. Dois dias antes da diligência, um grupo de promotores está realizando uma reunião de alinhamento com os agentes que participarão da operação para evitar a prática de atos incompatíveis com a Constituição Federal e que possam, no final, impactar a validade das provas coletadas.

Considerando essa situação hipotética e o disposto na Constituição Federal, os promotores de justiça poderão corretamente afirmar:

- (A) as buscas e apreensões poderão ser iniciadas às 6h, em todo o Brasil, por ser o horário previsto na Constituição Federal para se considerar dia.
- (B) as prisões e as buscas e apreensões poderão ser realizadas no período noturno, independentemente da natureza do crime, caso a decisão judicial seja omissa ao tratar do horário do cumprimento.
- (C) durante as diligências, caso questionados, os policiais podem afirmar que os envolvidos somente serão considerados culpados após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória e que as provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo.
- (D) nos casos em que estejam envolvidos em potencial prática de crime hediondo, as prisões poderão ser feitas nas residências dos acusados, no período noturno, para evitar o risco de evasão.
- (E) os policiais podem aproveitar as buscas e apreensões para inserir, de maneira oculta, escutas ambientais nas casas dos acusados, pois a coleta de informações dessa natureza não precisa, necessariamente, ser precedida de autorização judicial, quando relacionadas à prática de crime inafiançável.

30. O Ministério Público e a Polícia Civil do estado X têm atuado de maneira conjunta para apurar o uso de empresas de transporte rodoviário interestadual de passageiros e de administração de portos marítimos, fluviais e lacustres na realização de lavagem de dinheiro de recursos de origem ilícita, associada ao tráfico de drogas. Em determinado ponto da investigação, a autoridade policial entende ser necessário enviar ofício ao(s) órgão(s) governamental(ais) para obter a relação das empresas autorizadas a explorar, em regime de concessão, autorização ou permissão, os portos e os serviços de transporte.

Com base na situação hipotética apresentada e considerando a competência constitucional para prestar os serviços, deve-se concluir que o ofício deve ser encaminhado ao órgão ou à entidade vinculado(a)

- (A) à União, para obtenção dos dados das empresas de transporte interestadual e para os estados, em relação aos portos.
- (B) aos municípios em que sediadas as empresas, apenas.
- (C) aos estados e Distrito-Federal em que sediadas as empresas, apenas.
- (D) aos estados e Distrito-Federal, para obtenção dos dados das empresas que exploram os portos e para a União, para obtenção dos dados das empresas de transporte.
- (E) à União, apenas.

31. O Presidente da República propôs projeto de lei com o objetivo de criar cargos para professor universitário no âmbito da administração direta, extinguir cargos vagos de serviços técnico-administrativo e aumentar a remuneração de determinadas categorias do serviço público, vinculadas ao Poder Executivo.

A partir da situação hipotética apresentada e do disposto na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) o aumento de remuneração só pode ser proposto por parlamentares, pois os projetos de lei do poder executivo, em regra, não podem majorar despesas.
- (B) a lei terá o início de sua discussão no Senado Federal e os temas tratados na proposição não podem ser objeto de lei de iniciativa popular.
- (C) as matérias, pelo tema, devem ser objeto de projeto de lei complementar.
- (D) a extinção dos cargos vagos pode ser feita por decreto e os parlamentares não podem propor lei tratando dos temas previstos na referida proposta.
- (E) a criação e extinção de cargos não precisa ser tratada em lei, pois compete ao Poder Executivo dispor sobre a sua organização interna, por decreto.

32. A respeito do Poder Judiciário, com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os juízes titular e substituto residirão na respectiva comarca, salvo autorização de dois terços dos membros do respectivo tribunal.
- (B) A União, os estados e o Distrito Federal criarão justiça de paz, composta por juízes togados e com competência, na forma da lei, para promover mediações e conciliações, com o objetivo de reduzir o número de processos litigiosos no Poder Judiciário.
- (C) É permitida a permuta de magistrados de comarca de igual entrância, quando for o caso, e dentro do mesmo segmento de justiça, vinculados a diferentes tribunais, ressalvados os juízes de segundo grau.
- (D) Nos Tribunais de Justiça compostos de mais de 170 (cento e setenta) desembargadores em efetivo exercício, a eleição para os cargos diretivos será realizada entre os membros do tribunal pleno, por maioria absoluta e por voto direto e secreto, para um mandato de 2 (dois) anos, vedada mais de 1 (uma) recondução sucessiva.
- (E) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo permitida férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, no período de recesso forense, assegurada a manutenção de juízes em plantão permanente.

33. Considere que, no curso de uma investigação conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), órgão vinculado ao Ministério Público e composto por membros da carreira, o Procurador-Geral de Justiça avocou, sem a concordância expressa dos integrantes do GAECO, o processo e informou institucionalmente que o caso, a partir de daquele momento, passaria a ser de atribuição do Chefe da Instituição.

Diante da situação hipotética relatada e segundo o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que a conduta do Procurador-Geral de Justiça é

- (A) inválida, por violar o princípio da independência funcional (promotor natural).
- (B) inválida, por violar os princípios da impessoalidade e da moralidade.
- (C) válida, por haver a concordância tácita dos membros do GAECO.
- (D) válida, por ser compatível com o princípio da hierarquia.
- (E) válida, pois está de acordo com o princípio da indivisibilidade.

34. Considere que há, no Ministério Público, inquérito civil em curso, cujo objeto é apurar a suposta omissão culposa de autoridades policiais na repressão a eventos produzidos pela empresa X, que tem como público-alvo adolescentes e jovens adultos. Há no inquérito a informação de que, nas festas, são comercializadas bebidas alcóolicas sem a checagem da idade dos jovens e que os policiais têm respondido a reclamações da vizinhança do local dos eventos com certo atraso, sob a justificativa de excesso de trabalho.

Considerando essa situação hipotética e o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) o inquérito civil não pode ter como desdobramento a apuração de eventuais práticas de ilícito penal, pois compete exclusivamente às autoridades policiais a realização de atos dessa natureza.
- (B) o inquérito civil não pode ser instaurado pelo Ministério Público, pois a Constituição Federal reserva às autoridades policiais a atribuição para conduzir inquéritos civis e penais.
- (C) o inquérito civil pode ter esse objeto, pois compete ao Ministério Público exercer o controle externo da autoridade policial e, portanto, avaliar a qualidade do trabalho desenvolvido pelos agentes de segurança.
- (D) o Ministério Público pode conduzir a investigação no inquérito civil e, se concluir que há prática de atos ilícitos, propor ação civil pública, cuja legitimidade para ajuizamento é reservada exclusivamente à instituição.
- (E) não cabe ao Ministério Público avaliar as justificativas apresentadas pelos policiais, pois apuração dessa natureza é reservada ao próprio Poder Executivo, que tem a competência para aplicar sanções disciplinares a seus agentes.

35. Fábio, promotor de justiça, nos primeiros dezoito meses de exercício, cometeu uma série de infrações funcionais, o que resultou na recomendação de seu não vitaliciamento.

Nesse contexto hipotético e com base no disposto na Lei nº 8.625/93, é correto afirmar:

- (A) compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público decidir sobre o vitaliciamento de membro, admitida a possibilidade de interposição de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) a competência para recomendar o não vitaliciamento é da Corregedoria-Geral do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica.
- (C) o exercício funcional de Fábio deve ser suspenso até o julgamento definitivo, juntamente com o recebimento de seus vencimentos.
- (D) a decisão pelo não vitaliciamento deve ser tomada administrativamente e confirmada em ação judicial específica, a ser proposta pelo Procurador-Geral de Justiça.
- (E) a competência para decidir sobre o vitaliciamento de Fábio será do Procurador-Geral de Justiça, admitida a possibilidade de interposição de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público.

36. Considere que, no curso de um inquérito civil criado para investigar a prática de crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes, Tânia, promotora de justiça do estado X, responsável pelo caso, expediu notificação para a coleta de depoimento de representantes de empresas ligadas ao setor tecnológico, requisitou a autoridades federais a análise dos dados informáticos coletados até o momento, bem como solicitou a instituições financeiras os dados bancários dos envolvidos e as suas movimentações financeiras, de maneira detalhada, nos últimos cinco anos.

Examinando a situação hipotética apresentada e o disposto na Lei nº 8.625/93, é correto afirmar:

- (A) as instituições financeiras devem fornecer os dados requisitados, pois a Lei nº 8.625/93 concede expressamente, aos membros do Ministério Público, o poder para quebrar sigilo bancário, quando comprovada a necessidade dos dados para apuração dos atos ilícitos.
- (B) a requisição para análise dos dados informáticos não pode ser atendida, por se tratar de entidade vinculada à União, enquanto a apuração está sendo conduzida por instituição estadual.
- (C) a promotora de justiça está, de fato, autorizada a requisitar todas as medidas, em função da natureza dos atos ilícitos investigados.
- (D) a notificação para que os representantes prestem depoimento pode informar que, em caso de não comparecimento injustificado, será requisitada a condução coercitiva pela Polícia Civil ou Militar.
- (E) a notificação para que os representantes prestem depoimento, caso não atendida, deve ser encaminhada ao órgão jurisdicional competente, que deverá autorizar a realização da condução coercitiva.

37. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do estado de São Paulo (Lei Complementar nº 734/93), em matéria disciplinar, a competência para prorrogar, até 90 (noventa) dias, a suspensão preventiva de funcionário e servidor é

- (A) do Corregedor-Geral do Ministério Público.
- (B) do Conselho Superior do Ministério Público.
- (C) da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar.
- (D) do Colégio de Procuradores de Justiça.
- (E) do Procurador-Geral de Justiça.

38. Considere que, no curso de procedimento destinado a apurar a prática de ato de improbidade administrativa, o Promotor de Justiça identificou o potencial envolvimento de membros de Conselho de Administração de entidade da Administração Indireta Estadual, por atos realizados no exercício da função.

Com base nessa situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Ministério Público do estado de São Paulo (Lei Complementar nº 734/93), é correto afirmar que o procedimento deve ser

- (A) conduzido pelo Promotor de Justiça, pois procedimentos dessa natureza não são de competência do Procurador-Geral de Justiça.
- (B) encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça, para distribuição.
- (C) encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça.
- (D) encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público, para indicação de um Procurador de Justiça para dar continuidade ao inquérito.
- (E) conduzido pelo Promotor de Justiça e, constatada a potencial prática de ato lesivo à probidade, encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça para proposição da ação correspondente.

39. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar:

- (A) salvo sem situação de guerra declarada, ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- (B) todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que seja proferida decisão judicial, ainda que sujeita a recurso, desde que no processo lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- (C) ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado, ainda que pela prática de crime hediondo, na forma da lei.
- (D) os Estados devem reconhecer aos seus cidadãos o direito ao remédio efetivo, nos tribunais nacionais, contra atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, podendo estender esses direitos aos estrangeiros, na forma da lei.
- (E) ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional, salvo se o ato for ofensivo à dignidade humana e a sua reprovabilidade for reconhecida por tribunal internacional, na forma da lei.

40. A respeito das garantias judiciais, previstas no Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar:

- (A) o processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.
- (B) toda pessoa tem o direito de ser julgada em um processo que lhe assegure a possibilidade de apresentar recursos apreciados por outros dois órgãos colegiados, na forma da lei.
- (C) toda pessoa tem o direito de ser assistida por um defensor ou de defender-se pessoalmente, salvo se renunciar expressamente a esse direito, na forma da lei.
- (D) toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em função de erro judicial, se esse decorrer da prática de ato doloso.
- (E) o acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos, salvo se surgirem novas provas, na forma da lei.

41. Com base no Pacto San José da Costa Rica, assinale a alternativa correta com relação à estrutura e funcionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

- (A) Somente os Estados-Partes e os cidadãos dos países-membro têm direito de submeter caso à decisão da Corte.
- (B) A Corte compor-se-á de sete juízes, nacionais dos Estados-Membros da Organização, e não deve haver, na Corte, dois juízes da mesma nacionalidade.
- (C) Os Estados-Partes na Convenção devem se comprometer a envidar os melhores esforços para cumprir as decisões da Corte em todo caso em que forem partes, pois elas são desprovidas de eficácia executiva.
- (D) Não se poderá exigir responsabilidade em tempo algum dos juízes da Corte, nem dos membros da Comissão, por votos e opiniões emitidos no exercício de suas funções, salvo se comprovada a prática de ato com erro grave.
- (E) Os juízes da Corte serão eleitos por um período de três anos e só poderão ser reeleitos por duas vezes.

42. Considerando o disposto na Lei nº 13.303/2016, a respeito dos contratos administrativos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar:

- (A) a garantia prestada pelo contratado, por caução em dinheiro, será liberada ou restituída após a execução do contrato, no valor nominal depositado à época da celebração do ajuste.
- (B) é vedado o contrato por prazo indeterminado, salvo por acordo entre as partes, com previsão contratual e desde que constante do respectivo edital.
- (C) é obrigatória a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, em modalidade previamente definida pela Administração.
- (D) a redução a termo do contrato poderá ser dispensada para pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras ao ente contratante.
- (E) caso o licitante vencedor, devidamente convocado, não assine o termo de contrato no prazo estabelecido, que não admite prorrogação, o licitante perderá o direito à contratação.

43. Ao analisar procedimento adotado por órgão público, com base nas suas atribuições estabelecidas pela Constituição Federal, na hipótese de o Tribunal de Contas verificar uma ilegalidade na prática de determinado ato administrativo, deverá a Corte de Contas

- (A) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- (B) sustar o ato impugnado e comunicar a sua decisão ao Ministério Público da Comarca competente.
- (C) aplicar multa ao responsável pela prática do ato ilegal e solicitar a abertura do competente inquérito policial.
- (D) intimar o servidor infrator para os devidos esclarecimentos, sob pena de decretação de sua prisão.
- (E) ajuizar imediatamente a ação cabível contra o servidor infrator, a fim de buscar aplicar-lhe as devidas sanções.

44. Suponha que uma empresa pública, com o objetivo de evitar que determinados atos por ela praticados causem prejuízos ao patrimônio público e, conseqüentemente, sejam objeto de anulação, solicita um parecer jurídico prévio do Ministério Público, como órgão fiscalizador e controlador da Administração Pública, sobre a regularidade desses atos administrativos.

Nessa situação hipotética, é correto afirmar que o Ministério Público

- (A) não poderá emitir parecer prévio sobre a regularidade dos atos, mas poderá exarar o parecer após a edição dos referidos atos.
- (B) somente poderá emitir o parecer se houver previsão expressa, nesse sentido, na lei que criou a empresa pública.
- (C) poderá emitir parecer prévio para a empresa pública, mas somente sob o aspecto da legalidade dos atos administrativos.
- (D) poderá emitir o parecer, desde que se trate de atos que possam violar ou ameaçar direitos difusos e coletivos.
- (E) não poderá emitir o parecer, uma vez que é vedado ao Ministério Público exercer a função de consultor jurídico de entidades públicas.

45. Considerando o que estabelece a Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta a respeito do instituto do mandado de segurança.

- (A) Antes de notificar a autoridade impetrada para que preste as informações, o juiz ouvirá o representante do Ministério Público, que opinará, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias.
- (B) Diferentemente do processo movido por um particular, quando o impetrante for o Ministério Público, os efeitos da medida liminar persistirão até o trânsito em julgado da sentença.
- (C) Se o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo, o Ministério Público poderá requerer a perempção ou caducidade da medida liminar judicialmente concedida.
- (D) Caso o Ministério Público não profira o seu parecer no prazo legal, o juiz deverá renovar a vista dos autos ao *parquet*, pelo mesmo prazo, sendo nula a sentença prolatada sem o parecer do Ministério Público.
- (E) Será desde logo denegada a segurança, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.

46. No que diz respeito à responsabilidade da pessoa jurídica, prevista na Lei nº 12.846/2013, nas hipóteses de fusão e incorporação que tenham sido legítima e legalmente realizadas, a responsabilidade da sucessora será

- (A) restrita à obrigação de pagamento de multa e de eventuais obrigações de fazer até a data da fusão ou incorporação.
- (B) restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.
- (C) subsidiária em relação à da pessoa jurídica sucedida, sendo responsabilizada a sucessora apenas no caso de a sucedida não conseguir arcar com as suas obrigações.
- (D) integral e solidária, sendo a sucessora responsável por todas as dívidas e obrigações originalmente impostas à pessoa jurídica sucedida.
- (E) solidária com a da pessoa jurídica sucedida, incluindo as obrigações decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da fusão ou incorporação.

47. Suponha que o Ministério Público tenha recebido reclamações de órgãos da sociedade civil sobre fatos graves que possam ensejar a propositura de uma ação civil pública.

Uma vez instaurado o competente inquérito civil, com base nas informações obtidas sobre a questão, nos moldes do que dispõe a Lei nº 7.347/1985, é correto afirmar:

- (A) na hipótese de o Ministério Público se convencer da procedência das reclamações que embasaram a abertura do inquérito civil, o órgão da sociedade civil denunciante deverá assinar em conjunto a petição inicial da ação civil pública.
- (B) negadas informações ou documentos requisitados pelo Ministério Público para instruir o inquérito civil, em razão de a lei impor sigilo, o *parquet* deverá encaminhar ofício ao Poder Judiciário para que o juiz determine a sua requisição.
- (C) o Ministério Público poderá requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias úteis.
- (D) se o Ministério Público, esgotadas todas as diligências, convencer-se da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento dos autos do inquérito civil.
- (E) os autos do inquérito civil arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Conselho Nacional do Ministério Público para o devido registro em seus arquivos.

48. Suponha que a área administrativa do Ministério Público tenha praticado um ato que é considerado ilegal, praticado com desvio de poder e prejudicial a um particular.

Nessa situação hipotética, é correto afirmar que o referido ato

- (A) não se convalida e deverá ser anulado pela própria instituição.
- (B) deverá ser mantido incólume até que eventuais interessados venham a questioná-lo perante o Poder Judiciário.
- (C) deverá ser revogado pela instituição assim que a autoridade competente dele tomar ciência.
- (D) não poderá ser anulado pelo próprio Ministério Público, devendo este buscar a invalidação junto ao Poder Judiciário.
- (E) poderá ser anulado pela própria instituição, desde que obtida prévia autorização do procurador-geral de justiça.

49. Determinado órgão público celebrou um contrato de parceria público-privada no qual constaram as seguintes cláusulas: primeira, que o valor do contrato é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); segunda, que o período de prestação do serviço é de 3 (três) anos; terceira, que a Administração Pública será a usuária direta do serviço.

Nessa situação hipotética, considerando tão somente as informações apresentadas, nos termos do que reza a Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que

- (A) a cláusula primeira é ilegal, mas a segunda e a terceira são legais.
- (B) as cláusulas primeira e segunda são legais, mas a terceira é ilegal.
- (C) as cláusulas primeira e segunda são ilegais, mas a terceira é legal.
- (D) todas as cláusulas são ilegais.
- (E) todas as cláusulas são legais.

50. A Resolução CNMP nº 174/2017 estabelece como regra que a notícia de fato encaminhada aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público

- (A) será juntada a procedimento já instaurado se o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial.
- (B) deverá ser registrada em sistema informatizado de controle e distribuída livre e aleatoriamente entre os órgãos ministeriais com atribuição para apreciá-la.
- (C) será prontamente rejeitada quando a atribuição institucional para apreciá-la for de outro órgão do Ministério Público.
- (D) será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, pelo mesmo prazo.
- (E) deverá ser complementada quando o fato narrado não configurar lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público.

51. O Ministério Público, após as devidas apurações, concluiu que o empresário Pedro, a servidora pública Maria, bem como a pessoa jurídica Delta, supostamente, teriam praticado atos que, em tese, poderiam ser enquadrados como de improbidade administrativa.

Nessa situação hipotética, nos termos da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) os diretores da Delta, via de regra, respondem pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica.
- (B) Delta estará sujeita às sanções da lei, desde que fique comprovada a culpa dos seus diretores.
- (C) Pedro não estará sujeito às sanções da lei por não ser um agente público.
- (D) Maria, se não agiu dolosamente, com fim ilícito, não estará sujeita às sanções da lei.
- (E) o mero desempenho de competências públicas por parte de Maria é suficiente para ensejar sanção por improbidade administrativa.

52. Tendo em conta os princípios da legalidade e da irretroatividade, retratados nos artigos 1º e 2º, do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A técnica legislativa da norma penal em branco, por representar flexibilização ao princípio da legalidade, não é admitida no ordenamento brasileiro.
- (B) A lei escrita, formalmente elaborada pelo Poder Legislativo, ao lado de medidas provisórias, desde que aprovadas também pelo Poder Legislativo, são as únicas fontes de matéria de proibição penal.
- (C) A analogia, por converter ilegitimamente o juiz em legislador, não é admitida como fonte do direito penal, ainda que seja para deslegitimar a punição.
- (D) Em matéria penal, tal qual a retroatividade da lei mais benéfica, também a interpretação jurisprudencial mais favorável retroage, podendo ser invocada para rever a condenação, inclusive a já transitada em julgado.
- (E) A revogação da lei penal incriminadora, por lei nova, se a proibição não restar proibida em dispositivo penal diverso, implica *abolitio criminis*.

53. Em vista de uma catástrofe natural, no dia 22.05.2024, publicou-se a Lei Federal X, com vigência pelo período em que perdurar a situação excepcional de calamidade pública, prevendo como crime a conduta de “negar, sem justo motivo, a cessão de embarcação, de qualquer natureza, da qual detêm a posse ou a propriedade, a equipes de socorro, para o resgate de pessoas ou animais em regiões alagadas”. Em 21.07.2024, superada a situação de calamidade pública, a Lei X foi expressamente revogada, pela Lei Y. Considerando que Mévio, no dia 28.05.2024, praticou a conduta tipificada como crime pela Lei X, é correto afirmar que ele

- (A) incorreu em crime e deverá ser responsabilizado, pois a Lei X, mesmo revogada produz efeitos sobre os fatos cometidos enquanto vigente, em virtude do princípio da ultratividade.
- (B) incorreu em crime, mas a sua punibilidade é extinta, visto que a revogação da Lei X pela Lei Y configura *abolitio criminis*.
- (C) incorreu em crime, mas a pena não poderá ser executada, uma vez que a Lei X, que tipificava a conduta, não mais está em vigor.
- (D) não incorreu em qualquer crime, visto que a Lei X, de caráter excepcional, ao ser expressamente revogada pela Lei Y, perdeu o efeito de ultratividade.
- (E) não incorreu em qualquer crime, visto que a Lei Y, ao revogar a Lei X, por seu caráter benéfico, retroage, beneficiando-o.

54. Caio, no dia 20.04.2025, em um bar, após injusta provocação de Mévia, mulher trans, e sob o domínio de violenta emoção, quebrou uma garrafa de vidro e, com o objeto, golpeou-a, na região do pescoço. Mévia foi socorrida e, após permanecer na UTI, por quase um mês, faleceu no dia 18.05.2025. Mévia era Oficial de Justiça, circunstância desconhecida por Caio. Considerando que a condição da vítima de oficial de justiça implicou recrutamento da punição dos crimes de homicídio somente em 06.05.2025, é correto afirmar que Caio praticou o crime de
- (A) feminicídio.
 - (B) lesão corporal, seguida de morte, incidindo a causa de aumento decorrente da condição da vítima de oficial de justiça.
 - (C) homicídio, qualificado pela condição de oficial de justiça da vítima.
 - (D) lesão corporal, seguida de morte, não incidindo a causa de aumento decorrente da condição da vítima de oficial de justiça.
 - (E) homicídio simples, com possibilidade de redução de pena, dada a injusta provocação da vítima.
55. Mévio, de 20 anos, com a intenção de transmitir doença sexualmente transmissível, que sabe ser portador, mantém relação sexual com Tícia. Tícia, contudo, não contraiu a doença. Tendo em vista a situação hipotética, é correto afirmar que Mévio praticou o crime de perigo de contágio
- (A) venéreo simples e, por ser menor de 21 anos, da data do fato, o prazo prescricional é reduzido pela metade.
 - (B) de moléstia grave, não incidindo a redução do prazo prescricional em razão da idade, por se tratar de crime sexual, praticado em detrimento de mulher.
 - (C) venéreo qualificado e, por ser menor de 21 anos, na data do fato, o prazo prescricional é reduzido pela metade.
 - (D) venéreo simples, não incidindo a redução do prazo prescricional em razão da idade, por se tratar de crime sexual, praticado em detrimento de mulher.
 - (E) de moléstia grave e, por ser menor de 21 anos, na data do fato, o prazo prescricional é reduzido, da metade.
56. Caio foi condenado, por crime de lesão corporal praticado em detrimento de Mévia, por razão da condição feminina, a dois anos de reclusão. Considerando o trânsito em julgado da condenação, é correto afirmar que Caio
- (A) restará incapacitado para o exercício do poder familiar, desde que tal efeito tenha sido expressamente pleiteado pelo Ministério Público e motivadamente declarado na sentença.
 - (B) restará incapacitado para o exercício do poder familiar, desde que tal efeito tenha sido motivadamente declarado na sentença.
 - (C) não poderá ser nomeado em qualquer cargo, função pública ou mandato eletivo entre a data do trânsito em julgado até o cumprimento da pena, ainda que tal efeito não tenha sido motivadamente declarado na sentença.
 - (D) restará incapacitado para o exercício do poder familiar, desde que haja pedido expresso pelo Ministério Público, independente de declaração motivada, em sentença.
 - (E) não poderá ser nomeado para exercer cargo, função pública ou mandato eletivo entre a data do trânsito em julgado até o cumprimento da pena, desde que tal efeito tenha sido motivadamente declarado na sentença e expressamente pleiteado pelo Ministério Público.
57. Tendo em conta as regras constantes do Código Penal, sobre concurso de agentes, assinale a alternativa correta.
- (A) Mévia, logo após parir e em estado puerperal, matou o bebê. Caio, por auxiliá-la, incorrerá no crime de homicídio qualificado, incidindo ainda a circunstância agravante do crime ter sido praticado contra descendente.
 - (B) Caio, pelo roubo de celular, em conjunto com Mévio, menor de idade, será punido pelo crime de roubo, majorado pelo concurso de agentes.
 - (C) Tício e Mévio mataram Caio, filho de Tício. Tício e Mévio serão punidos, de forma agravada, em razão do crime ter sido praticado contra descendente.
 - (D) Tício, funcionário público, apropriou-se de bens da repartição, com o auxílio de Caio, que não era funcionário público, mas sabia da condição do comparso. Caio será punido pelo crime de apropriação indébita e Tício por peculato.
 - (E) Mévio contratou Tício para matar o autor do estupro de sua filha. Tício matou a vítima, conforme o contratado, desconhecendo a motivação de Mévio. Tício e Mévio incorrerão no crime de homicídio privilegiado.

- 58.** Com relação a ação penal privada, assinale a alternativa correta.
- (A) Para fins da contagem do prazo decadencial, exclui-se o dia do termo inicial, incluindo-se o dia do termo final.
 - (B) A decadência ao direito de queixa é possível tanto na ação penal exclusivamente privada quanto na ação penal privada subsidiária e, em ambas, acarretará a extinção da punibilidade.
 - (C) A renúncia ao direito de queixa pode ocorrer antes ou após a propositura da ação penal privada, implicando, em ambos os casos, a extinção da punibilidade.
 - (D) A renúncia ao direito de queixa pelo ofendido é irretratável, implicando extinção da punibilidade.
 - (E) A reparação do dano, nos crimes de ação penal privada, implicará extinção da punibilidade, independente da pena cominada.
- 59.** Tendo em conta os crimes contra a saúde pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) O agente que vende produto destinado a fins terapêuticos, sem o registro no órgão de vigilância sanitária, quando exigível, ainda que não falsificado, corrompido, adulterado ou alterado, é punido de forma idêntica àquele que falsifica produto destinado a fins terapêuticos.
 - (B) O crime de infração de medida sanitária preventiva e o crime de omissão de notificação de doença são próprios.
 - (C) O crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produto alimentício tem por objeto material bebidas, excluídas as alcóolicas.
 - (D) Com exceção dos crimes de infração de medida sanitária preventiva e omissão de notificação de doença, todos os demais admitem a modalidade culposa.
 - (E) O crime de emprego de processo ou de substância não permitida é norma penal em branco.
- 60.** Marta e Caio eram amigos e trabalhavam na mesma empresa, há anos, exercendo idêntica função. Com a aposentadoria de um funcionário, ocupante de cargo superior e melhor remunerado, a empresa, para não ter que escolher um em detrimento do outro, decidiu aplicar uma prova, sendo promovido aquele que alcançasse a melhor pontuação. Caio, por acreditar que Marta se sairia melhor na prova, sabendo do relacionamento extraconjugal por ela mantido, exigiu que Marta pedisse demissão, para não realizar a prova, sob pena de revelar a traição ao marido. Marta, com medo de eventual revelação da traição ao marido, de fato, pediu demissão da empresa, mudando, inclusive, de cidade. Caio, por sua vez, com a saída de Marta, assumiu a vaga. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Caio incorreu no crime de
- (A) ameaça que, dada a condição da vítima ser mulher, é processado por ação penal pública incondicionada.
 - (B) extorsão, processável por ação penal pública incondicionada.
 - (C) ameaça, processável por ação pública incondicionada, em vista de praticada em âmbito laboral.
 - (D) constrangimento ilegal, processável por ação penal pública condicionada à representação.
 - (E) violência psicológica contra a mulher, processável por ação penal condicionada à representação.
- 61.** Com relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.
- (A) A obtenção de vantagem ilícita, em prejuízo de pessoa idosa (maior de 60 anos), mediante fraude, caracteriza o crime de estelionato contra pessoa vulnerável, processável por ação penal pública incondicionada.
 - (B) A subtração, mediante violência à pessoa, de cabos utilizados na transmissão de energia elétrica, caracteriza roubo qualificado.
 - (C) A oferta de ativos virtuais, com a intenção de obter vantagem ilícita, em prejuízo de terceiros, mediante fraude, caracteriza o crime de fraude com ativos virtuais, processável por ação penal pública condicionada à representação.
 - (D) A subtração, mediante violência à pessoa, de automóvel de unidade de agência de correio estabelecida em pequena cidade, comprometendo o serviço postal, caracteriza roubo qualificado.
 - (E) A destruição de coisa alheia, por motivo egoístico, caracteriza o crime de dano qualificado, processável por ação penal pública condicionada à representação.

62. Tícia, maior, residente no exterior, aceitou a proposta feita por Caio, seu namorado, de retornar ao Brasil para trabalhar como *stripper* em sua boate. Caio pagou todas as despesas da viagem de Tícia, como combinado entre eles. Quando chegou no Brasil, Caio, no entanto, propôs a Tícia que ela também se relacionasse sexualmente com os clientes, e ela aceitou. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta, levando em conta apenas a caracterização do crime de tráfico de pessoas.
- (A) A conduta de Caio é atípica, visto que Tícia é maior e anuiu às propostas, prestando consentimento, inexistindo fraude, coação, violência ou abuso.
 - (B) Caio incorreu no crime de tráfico de pessoas, majorado em razão da vítima ter sido introduzida no território nacional.
 - (C) Caio incorreu no crime de tráfico de pessoas, majorado em razão da relação doméstica, decorrente do namoro.
 - (D) A conduta de Caio é atípica, visto que o crime de tráfico de pessoas, para se caracterizar, exige pluralidade de vítimas.
 - (E) A conduta de Caio é atípica, visto que o crime de tráfico de pessoas se caracteriza pela saída da vítima do território nacional e não o contrário.
63. Tícia, maior, foi estuprada, tendo relatado o crime às autoridades policiais. Passados dois meses, Tícia, suspeitando de gravidez, decidiu fazer um teste. Já bastante fragilizada pela violência sexual, ao verificar que o teste de gravidez resultou positivo, Tícia, que sempre foi contrária ao aborto e acreditando não ser capaz de gerar e parir o fruto do estupro, decide atentar contra à própria vida, atirando-se do quinto andar do prédio onde residia. Tícia sobrevive à queda, mas acaba sofrendo um aborto. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Tícia
- (A) incorreu no crime de aborto provocado pela própria gestante, mas não será punida, aplicando-se a ela a causa excludente de ilicitude do aborto legal.
 - (B) incorreu no crime de aborto provocado pela própria gestante, não incidindo a causa excludente de ilicitude do aborto legal, aplicável apenas ao médico e não à gestante.
 - (C) incorreu no crime de aborto provocado pela própria gestante, na modalidade culposa.
 - (D) não incorreu no crime de aborto provocado pela própria gestante, vez que a interrupção de gestação no primeiro trimestre da gestação é atípica.
 - (E) não incorreu no crime de aborto provocado pela própria gestante, vez ausente o elemento subjetivo consistente na interrupção da gravidez.
64. Tendo em conta o crime de corrupção ativa e o crime de corrupção ativa em transação comercial internacional, assinale a alternativa correta.
- (A) O crime de corrupção ativa em transação comercial internacional qualificada é punido de forma idêntica ao crime de corrupção ativa.
 - (B) No crime de corrupção ativa, ao contrário do crime de corrupção ativa em transação comercial internacional, não é possível a prática por interposta pessoa.
 - (C) Para efeitos penais, também é considerado funcionário estrangeiro quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce emprego em representações diplomáticas de país estrangeiro.
 - (D) No crime de corrupção ativa, incide aumento de pena se o ato de ofício é retardado ou omitido. Já na corrupção ativa em transação comercial internacional, o retardo ou a omissão do ato de ofício qualifica o crime.
 - (E) No crime de corrupção ativa, criminalizam-se as condutas de prometer e oferecer vantagem indevida a funcionário público. Já no crime de corrupção ativa em transação comercial internacional, criminaliza-se apenas a conduta de dar vantagem indevida.
65. A respeito dos dispositivos referentes à aplicação da pena, assinale a alternativa correta.
- (A) Na segunda fase da dosimetria da pena, o juiz não pode compensar integralmente a atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, ainda que não específica.
 - (B) Ainda que inexista expressa previsão quinquenal de maus antecedentes, o juiz pode deixar de promover o incremento da pena-base decorrente de condenação pretérita, quando demasiadamente distanciada no tempo.
 - (C) Para a exasperação da pena base, em decorrência da personalidade do réu, é indispensável estudo psíquico promovido por profissional da área de saúde.
 - (D) O comportamento da vítima, na dinâmica delitiva, se neutro ou menos culpável, pode ser valorado negativamente ao acusado, justificando a exasperação da pena base.
 - (E) As agravantes não se aplicam aos crimes culposos e nem aos crimes preterdelitosos.

66. Caio, advogado, namora Tícia. Tícia foi injuriada e difamada por Mévia. Orientada por Caio, Tícia lavra boletim de ocorrência contra Mévia, por crime contra a honra. Tícia, contudo, não quer propor queixa crime contra Mévia, pois prefere não passar por um processo penal, ainda que como vítima. Caio, não se conformando com a posição da namorada, no último dia do prazo decadencial, falsifica a assinatura de Tícia, em procuração por ele redigida, e propõe a queixa crime. Por um lapso, no entanto, a procuração acabou não sendo anexada à petição inicial. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Caio incorreu no crime de
- (A) falsidade ideológica.
 - (B) uso de documento falso.
 - (C) falsidade em documento público.
 - (D) falsidade em documento particular.
 - (E) falsa comunicação de crime.
67. Tício, agente penitenciário, trabalha no setor que inspeciona os artigos, perecíveis ou não, que são enviados aos presos. No exercício dessa atividade, Tício conheceu Mévia, que visitava regularmente o pai, preso. Iniciado o namoro entre eles, passados seis meses, Mévia pediu a Tício que deixasse passar pela inspeção aparelho telefônico, que seria inserido dentro de um livro, para chegar ao pai, possibilitando o contato com a mãe que, por força de grave doença, estava impedida de realizar visitas. Tício, por um período, resistiu. Mas, com o agravamento da doença da sogra, acabou cedendo ao pleito, não inspecionando os produtos destinados ao pai da namorada, permitindo, assim, o ingresso do aparelho. Diante do caso hipotético, assinale a alternativa correta.
- (A) Tício praticou o crime de condescendência criminosa (art. 320, do CP).
 - (B) Tício praticou o crime de corrupção passiva (art. 317, do CP).
 - (C) Mévia praticou o crime previsto no art. 349-A, do CP, conhecido como favorecimento real impróprio.
 - (D) Mévia praticou o crime de corrupção ativa (art. 333, do CP).
 - (E) Mévia não praticou qualquer crime, visto a atipicidade da conduta.
68. Caio foi flagrado com 30 exemplares de cigarro eletrônico (*vape*), logo que cruzou a fronteira para o Brasil, vindo do Paraguai. Tício, por sua vez, foi flagrado com 200 maços de cigarro, também logo que cruzou a fronteira. Tício já tinha sido flagrado ingressando com cigarros clandestinos no País, por mais de uma vez. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Caio e Tício praticaram o crime de contrabando, tentado.
 - (B) Caio praticou o crime de contrabando, tentado. Tício, em razão do princípio da insignificância, dada a quantidade de cigarros, não praticou qualquer crime.
 - (C) As condutas de Caio e Tício são atípicas, visto que a ambos, em vista da quantidade de cigarros, aplica-se o princípio da insignificância.
 - (D) Tício praticou o crime de contrabando, consumado. Caio não praticou qualquer crime, em vista do princípio da insignificância, dada a quantidade de cigarros eletrônicos apreendidos.
 - (E) Caio e Tício praticaram o crime de contrabando, consumado.
69. Com relação aos crimes em licitações e contratos administrativos, é correto afirmar que
- (A) o crime de afastamento de licitante é classificado como crime de atentado e tem por meio de execução a violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
 - (B) o crime de perturbação de processo licitatório se caracterizará quando o agente, valendo-se de medida judicial que sabia indevida, obtém decisão suspensiva ou impeditiva, em caráter liminar.
 - (C) todos são próprios, pois exigem qualidade especial do autor, ainda que não necessariamente funcionário público.
 - (D) o crime de violação de sigilo em licitação exige elemento subjetivo especial.
 - (E) o crime de patrocínio de contratação indevida é condicionado à invalidação posterior, judicial ou pela própria administração, da licitação ou contratação patrocinada pelo agente.

70. A respeito dos crimes contra a administração da justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Tício, advogado de defesa, ao oferecer dinheiro a uma testemunha para que não compareça à audiência de instrução, pratica o crime de falso testemunho.
- (B) Tícia, vítima de crime de tentativa de homicídio praticado pelo afilhado, após o perdoar, ao auxiliá-lo na fuga, pratica o crime de favorecimento pessoal.
- (C) Caio, ao assumir a autoria de contravenção, praticada por terceiro, pratica o crime de autoacusação falsa.
- (D) Caio, ao oferecer dinheiro para que o perito faça afirmação falsa em laudo pericial, a ser juntado em processo judicial, pratica o crime de fraude processual.
- (E) Tícia, ao colaborar com a fuga de Caio, adolescente, internado em razão de medida socioeducativa, pratica o crime de fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança.

71. Tendo em conta os crimes contra o Estado Democrático de Direito, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de violência política, se praticado em detrimento de mulher, é qualificado.
- (B) Os crimes contra a soberania nacional, para se caracterizarem, exigem elemento subjetivo especial.
- (C) O crime de espionagem, quando há violação de sigilo funcional, é qualificado.
- (D) Os crimes contra soberania nacional são próprios de funcionários públicos.
- (E) Nos crimes contra as instituições democráticas e nos crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral, os meios de execução são apenas a violência e a grave ameaça.

72. De acordo com a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), que incluiu os arts. 3º A a 3º F no Código de Processo Penal, o juiz das garantias é a figura responsável por

- (A) participar da investigação, conduzindo diligências e determinando a produção de provas.
- (B) exercer a função de acusar, oferecendo a denúncia ou promovendo o arquivamento do inquérito policial.
- (C) zelar pela legalidade da investigação criminal e decidir, quando necessário, sobre medidas cautelares que possam restringir direitos fundamentais do investigado.
- (D) propor acordo de não persecução penal ou de colaboração premiada durante a fase investigatória.
- (E) julgar o mérito da ação penal, inclusive proferindo sentença condenatória ou absolutória.

73. No âmbito das atribuições conferidas ao juiz das garantias durante a fase de investigação, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de prisão em flagrante manifestamente ilegal, o juiz das garantias deverá relaxá-la, independente de prévia manifestação do Ministério Público.
- (B) Na hipótese de investigado preso, poderá, de ofício, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito policial.
- (C) Pode decretar prisão preventiva de ofício, nas hipóteses em que entendê-la necessária à garantia da ordem pública.
- (D) Decidir sobre a produção antecipada de provas urgentes e não repetíveis, postergando o exercício do contraditório e da ampla defesa para a fase processual.
- (E) Assegurar ao investigado e ao seu defensor o direito de acesso a todos os elementos informativos e provas produzidos na investigação, ainda que se refiram a diligências em andamento.

74. No que tange ao regramento estabelecido pelo Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, pode-se afirmar:
- (A) logo que tiver conhecimento da prática de uma infração penal, a autoridade policial deverá proceder à instauração do inquérito, independente da modalidade de ação penal cabível para a imputação.
 - (B) a autoridade policial necessita de autorização judicial para determinar a realização de exame de corpo de delito.
 - (C) uma vez ordenado o arquivamento do inquérito pelo juiz, não poderão as investigações ser retomadas pela autoridade policial, ainda que surjam provas novas.
 - (D) o inquérito policial deverá, como regra, ser concluído no prazo de 10 dias, se o indiciado estiver preso, e de 30, se estiver solto, salvo hipóteses legais de prorrogação.
 - (E) a autoridade policial pode mandar arquivar o inquérito quando entender ausentes indícios suficientes de autoria.
75. Sobre a ação penal, à luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) A ação penal privada subsidiária da pública pode ser proposta imediatamente pelo ofendido, desde que manifeste interesse, independentemente da caracterização de inércia pelo Ministério Público.
 - (B) O perdão do ofendido, por se tratar de ato unilateral, independe de aceitação do querelado.
 - (C) A representação oferecida na ação penal pública condicionada é irretroatável, produzindo efeitos definitivos desde o momento de sua apresentação à autoridade policial.
 - (D) O direito de oferecer queixa na ação penal privada decai em 6 meses, a contar da data da ocorrência do fato criminoso.
 - (E) A renúncia ao direito de queixa feita em relação a um dos autores do crime aproveita a todos os demais, em virtude do princípio da indivisibilidade da ação penal privada.
76. Paulo, primário e de bons antecedentes, foi investigado pela prática de crime de estelionato simples (art. 171, caput, CP), cuja pena mínima é de 1 ano. Concluído o inquérito, o Ministério Público entende estarem presentes os requisitos legais do art. 28-A do Código de Processo Penal e propõe a Paulo um acordo de não persecução penal (ANPP). O juiz, ao receber o acordo firmado entre o *Parquet* e o investigado, entende que a medida é incabível, pois considera a conduta do imputado socialmente reprovável, e, por isso, rejeita o acordo.
- Com base nas disposições legais do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) O juiz deve verificar a legalidade, a voluntariedade e a adequação das condições do acordo, podendo deixar de homologá-lo se as considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas, não lhe competindo substituir o juízo de conveniência do Ministério Público pela análise subjetiva da gravidade do delito.
 - (B) O ANPP somente pode ser proposto pela autoridade policial, cabendo ao Ministério Público homologar o acordo para posterior apreciação judicial.
 - (C) A vítima pode, por si só, impedir a celebração do ANPP ao manifestar oposição formal, vinculando a atuação do Ministério Público.
 - (D) O juiz agiu corretamente, pois possui competência para recusar o ANPP com base em juízo de valor sobre a gravidade abstrata do delito.
 - (E) O próprio juiz poderá reformular a proposta de acordo para, em seguida homologá-lo.
77. De acordo com o Código de Processo Penal, tratando-se de crime à distância, em que a execução se inicia em um local do território nacional e a consumação ocorre em outro, a competência será determinada pelo
- (A) local onde for instaurado o inquérito policial.
 - (B) local no qual se produziu o resultado.
 - (C) domicílio ou residência do réu.
 - (D) lugar onde se iniciou a execução da infração penal.
 - (E) juízo do local onde se praticou o último ato de execução, ainda que o resultado tenha ocorrido em outro local.

78. Durante investigação, apurou-se que Maura praticou um homicídio doloso consumado em Campinas/SP. Pouco antes do crime, sua comparsa Meire havia cometido receptação qualificada em Piracicaba/SP, utilizando um veículo roubado para assegurar a fuga de ambas. Além disso, verificou-se que, no homicídio, Maura e Meire agiram em coautoria, concorrendo diretamente para o resultado.

Diante da situação, assinale a alternativa correta quanto à competência.

- (A) A reunião dos processos em caso de conexão ou de continência é sempre facultativa ao juiz, que pode optar pela separação mesmo sem justificativa específica.
- (B) Há continência pelo concurso de agentes, mas a competência deve ser fixada pela prevenção, cabendo ao juízo que primeiro tiver contato com o processo.
- (C) Havendo concurso de agentes no homicídio doloso, a hipótese é de continência, atraindo a reunião dos feitos perante o Tribunal do Júri da comarca de Campinas, competente para o julgamento do crime doloso contra a vida.
- (D) Como se trata de crimes cometidos em comarcas distintas, cada processo deve ser julgado separadamente, para evitar conflito de competência.
- (E) Trata-se de conexão instrumental, devendo os autos tramitar em Piracicaba, onde ocorreu a receptação.

79. De acordo com o Código de Processo Penal, acerca do conflito de jurisdição, assinale a alternativa correta.

- (A) O conflito de jurisdição somente pode ser suscitado pelo Ministério Público ou pela parte interessada.
- (B) Suscitado o conflito, o tribunal competente deverá resolvê-lo, sem a possibilidade de que as autoridades envolvidas prestem quaisquer informações.
- (C) O conflito de jurisdição será resolvido pelo próprio juiz que primeiro tiver se declarado competente, dispensando, neste caso, a remessa ao tribunal.
- (D) Em caso de conflito positivo, distribuído o feito, o relator deverá imediatamente suspender o andamento do processo.
- (E) O conflito de jurisdição ocorre não apenas quando dois ou mais juízes se declaram competentes ou incompetentes para a mesma causa, mas também quando surge controvérsia sobre unidade de juízo, junção ou separação de processos.

80. Sobre a restituição de coisas apreendidas, de acordo com o Código de Processo Penal, pode-se afirmar:

- (A) o pedido de restituição será decidido pelo juiz, independente de oitiva do Ministério Público.
- (B) mesmo quando não houver dúvida quanto ao direito do reclamante, a restituição de coisas apreendidas somente poderá ser deferida após o trânsito em julgado da sentença penal, sendo vedada antes da decisão final.
- (C) as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo, salvo se o reclamante prestar caução idônea.
- (D) a restituição de coisas apreendidas pode ser deferida de imediato, ainda antes do trânsito em julgado da sentença final, desde que não interessem ao processo e não haja dúvida sobre o direito do reclamante.
- (E) em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono da coisa apreendida, o juiz decidirá a controvérsia no próprio processo criminal, sem a necessidade de remeter as partes ao juízo cível.

81. Durante investigação criminal, policiais civis realizaram interceptação telefônica sem autorização judicial, obtendo diversas conversas entre Carlos e Raimundo envolvendo tráfico de drogas. Com base nesses diálogos, a Polícia descobriu o local do depósito dos entorpecentes, realizou busca e apreensão regularmente autorizada pelo juiz e apreendeu grande quantidade de drogas. No processo criminal, a defesa alegou que tanto as conversas interceptadas quanto as provas decorrentes da busca e apreensão seriam ilícitas.

À luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Tanto as conversas interceptadas quanto a droga apreendida são provas lícitas, pois a posterior autorização judicial convalida os atos investigatórios anteriormente praticados.
- (B) As conversas interceptadas são provas ilícitas, e a apreensão da droga também é inválida, por configurar prova ilícita por derivação.
- (C) As provas ilícitas podem ser excepcionalmente admitidas no processo penal, desde que indispensáveis à descoberta da verdade real.
- (D) Embora a interceptação telefônica seja ilícita, a apreensão da droga é prova válida porque se enquadra na exceção legal da descoberta inevitável.
- (E) As conversas interceptadas são provas ilícitas, mas a apreensão da droga é válida, pois foi realizada mediante decisão judicial prévia.

- 82.** De acordo com o Código de Processo Penal, em relação à cadeia de custódia, assinale a alternativa correta.
- (A) O registro de cadeia de custódia compreende todas as etapas pelas quais o vestígio passa, desde o seu reconhecimento até o seu descarte.
 - (B) A cadeia de custódia inicia-se somente após a conclusão do laudo pericial.
 - (C) O rompimento da cadeia de custódia não compromete a validade da prova, pois o Código de Processo Penal determina que, uma vez realizada a coleta do vestígio, dispensam-se as etapas posteriores de acondicionamento, transporte e armazenamento.
 - (D) A cadeia de custódia limita-se ao período em que o vestígio permanece sob guarda no órgão pericial, não abrangendo as etapas anteriores ou posteriores.
 - (E) A lei não estabelece etapas para a cadeia de custódia, cabendo à autoridade policial definir como será realizado o procedimento.
- 83.** Sobre os sujeitos do processo penal, de acordo com o regime estabelecido pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) O corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
 - (B) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome, ainda que certa a sua identidade física, impede o início da ação penal.
 - (C) Ao Ministério Público incumbe promover privativamente a ação penal pública, bem como fiscalizar a execução da lei.
 - (D) O juiz pode se dar por suspeito, mas, se não o fizer, as partes não poderão recusá-lo.
 - (E) A intervenção do Ministério Público restringe-se aos casos em que figure como parte acusadora, sendo dispensável a sua atuação como fiscal da aplicação da lei.
- 84.** Durante investigação criminal de crime de roubo simples, que possui previsão de pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa, Manoel foi preso temporariamente por decisão judicial, a pedido da autoridade policial, pelo prazo inicial de 5 dias. Antes do término do prazo, o Ministério Público requereu a conversão da prisão temporária em preventiva com fundamento no art. 312 do Código de Processo Penal, alegando risco à instrução processual e à ordem pública. O pedido foi deferido pelo juiz. Na sequência, a defesa do imputado pleiteou a revogação da segregação cautelar, sustentando que o roubo não admite prisão temporária, que a preventiva não poderia ser decretada sem prévia oitiva da defesa e que a prisão temporária não comportaria prorrogação.
- Com base no Código de Processo Penal e na Lei nº 7.960/89, assinale a alternativa correta.
- (A) O crime de roubo simples não se encontra no rol daqueles que admitem prisão temporária, razão pela qual a prisão inicial foi ilegal.
 - (B) A prisão temporária somente pode ser decretada mediante requerimento do Ministério Público, sendo vedada a representação pela autoridade policial.
 - (C) A prisão temporária, por sua natureza excepcional, não admite prorrogação.
 - (D) A prisão temporária tem cabimento no crime de roubo simples e, mesmo antes do término de seu prazo, pode ser decretada prisão preventiva, desde que presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.
 - (E) A decretação da prisão preventiva exige prévia manifestação da defesa, sob pena de violação ao contraditório.
- 85.** De acordo com a Lei nº 9.296/1996, assinale a alternativa correta.
- (A) As gravações obtidas por meio de interceptação telefônica devem ser preservadas integralmente, não podendo ser destruídas, ainda que por decisão judicial, mesmo quando não interessarem à prova.
 - (B) A interceptação telefônica é inadmissível quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
 - (C) Não se admite, ainda que em caráter excepcional, a formulação verbal de pedido de interceptação telefônica.
 - (D) A interceptação telefônica é admitida para a investigação de crimes punidos com reclusão e, em algumas hipóteses, com detenção.
 - (E) A decisão judicial que autoriza a interceptação pode ser genérica, sem indicação da forma de execução, desde que haja fundadas razões.

86. Nos termos da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, é correto afirmar:
- (A) a lei não prevê punição para a lavagem de dinheiro na forma tentada.
 - (B) o processo e julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro são de competência exclusiva da Justiça Federal.
 - (C) o crime de lavagem de dinheiro somente se configura quando o agente pratica pessoalmente o crime antecedente.
 - (D) a lei apresenta um rol taxativo de crimes antecedentes para a configuração da lavagem de dinheiro.
 - (E) a lei admite a autonomia do crime de lavagem de dinheiro, que pode ser apurado e punido mesmo que não haja condenação pelo crime antecedente.

R A S C U N H O

87. Determinada empresa apresentou em seu Balancete de Verificação, levantado em 31.12.2024, as seguintes contas e respectivos saldos, em R\$:

receita de serviços	162.360,00
impostos a recolher	27.018,00
custo dos serviços prestados	81.540,00
bens em operação	5.400,00
capital social	180.000,00
móveis e utensílios	16.200,00
contas a receber	54.810,00
contas a pagar	19.548,00
empréstimos a pagar (curto prazo)	14.400,00
adiantamento de clientes	2.700,00
impostos e contribuições a recuperar	5.868,00
depreciação acumulada	3.600,00
estoques de mercadorias	8.460,00
despesas administrativas	18.756,00
caixa e equivalentes de caixa	108.540,00
salários a pagar	34.668,00
veículos	144.720,00

Considerando essas informações, e desconsiderando incidência de impostos, após a apuração do resultado do exercício foi elaborado o Balanço Patrimonial, que apresentou, correta e respectivamente, no grupo relativo ao Capital Próprio, Capital de Terceiros, Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, os seguintes valores, em R\$:

- (A) 242.064,00; 98.334,00; 177.678,00 e 162.720,00.
- (B) 242.064,00; 98.334,00; 171.810,00 e 168.588,00.
- (C) 244.764,00; 95.634,00; 177.678,00 e 166.320,00.
- (D) 244.764,00; 95.634,00; 171.810,00 e 168.588,00.
- (E) 244.764,00; 95.634,00; 171.810,00 e 162.720,00.

R A S C U N H O

88. Considere o seguinte fato contábil:

Uma empresa efetuou o pagamento antecipado de uma dívida junto ao fornecedor pela aquisição de suprimentos, no valor de R\$ 36.000,00, obtendo um desconto de 5%.

No registro desse fato, a empresa efetua o lançamento correspondente ao

- (A) valor de um crédito de R\$ 36.000,00 em conta de capital de terceiros.
- (B) reconhecimento de um débito em conta do passivo não circulante de R\$ 34.200,00.
- (C) reconhecimento de uma receita pelo valor do desconto obtido.
- (D) valor de desconto obtido como uma despesa operacional.
- (E) valor de um débito de R\$ 36.000,00 em conta do ativo circulante.

89. Em conformidade com a legislação em vigor, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará as transferências para _____, os dividendos, a parcela dos lucros _____ e o saldo ao _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) reservas do valor de debêntures emitidas ... incorporada aos fluxos de caixa ... fim do período
- (B) reservas ... acrescida do dividendo por ação ... ajuste de tesouraria do resultado do exercício
- (C) reversões de valor justo ... diminuída do dividendo por ação ... ajuste de exercícios anteriores
- (D) reversões do valor residual ... do resultado do exercício ... fim do exercício
- (E) reservas ... incorporada ao capital ... fim do período

90. Uma máquina foi adquirida e colocada em uso, em 01.06.2024, por R\$ 162.000,00, com valor residual de 15% e vida útil de 10 anos. Em 31.12.2024, as despesas com depreciação foram de

- (A) R\$ 9.450,00.
- (B) R\$ 6.885,00.
- (C) R\$ 9.180,00.
- (D) R\$ 8.032,50.
- (E) R\$ 3.471,40.

